

- XLVI -

## **OS PROGRAMAS EMERGENCIAIS DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NO BRASIL: CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA**

**Janaina Boniatti Bolson**

Faculdade Ideau – Caxias do Sul - RS  
janainabolson@ibest.com.br

### **INTRODUÇÃO**

A partir dos anos 1990, há um movimento em prol da qualidade da escola pública para condições necessárias à sustentação do novo paradigma do capitalismo mundial – qualificação dos trabalhadores e utilização do seu poder criativo no aumento da produtividade e do lucro.

Nessa conjuntura, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) ganha destaque, pois define os níveis de qualificação para atuação docente na educação básica, assim como o Plano Nacional de Educação – PNE 2001-2010, lei nº 10.172 (BRASIL, 2001), que declara a necessidade de formação de professores como um dos maiores desafios a serem superados e estabeleceu metas para ampliação da oferta de cursos de formação, em nível superior, para professores da educação infantil e do ensino fundamental e médio.

Desde 1996 com a aprovação da LDB9394/96 há um capítulo específico sobre os profissionais da educação, em que aparecem itens que tratam da formação de professores, em especial aqueles que atuam na educação básica.

No ano seguinte, a resolução 2/1997 irá dispor sobre programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas curriculares da educação básica. Afora os documentos mencionados até então, outros pareceres e resoluções foram sendo constituídos ao longo dos anos posteriores reforçando a lógica da urgência em formar professores para esse tempo, inclusive criando espaços específicos - os institutos superiores

de educação - para o acontecimento e consolidação dessas metas. Nessa direção, também passou a ser previsto legalmente a diversificação e a flexibilização da oferta dos cursos normais superiores, cursos especiais e cursos à distância.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) também são concebidas a partir de uma concepção de formação alicerçada em habilidades e competências, o que nos leva à compreensão da introdução de um caráter competitivo e individualizante, muito próximo de uma proposta que reduz o papel do professor como formador efetivo no processo ensino-aprendizagem. Há outros documentos que fazem parte dessas políticas formadoras de professores, e em especial, o Plano Nacional de Educação de 1998 e o Plano de Desenvolvimento da Educação de 2007, os quais trazem fortemente concepções avaliativas que deturpam o contexto real que o ensino brasileiro vem atravessando.

Outro plano que atua veementemente na criação de programas de formação inicial e continuada para professores é o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” (regulamentado pelo Decreto 6.094/2007) convocando o empresariado brasileiro para o compartilhamento de responsabilidades entre o público e privado pela educação em nosso país.

## **DESENVOLVIMENTO**

A partir do exposto até então, percebe-se que há um deslocamento da formação de professores em nível médio para o nível superior, o que configura o discurso assertivo da necessidade de investimento na formação de professores como estratégia para empreender reformas profundas na educação e em outros âmbitos da vida social. Por isso, há uma defesa de que as políticas educacionais devem estar atreladas à necessidade de melhoria da educação básica e à reelaboração dos programas de formação docente. Parece que há uma espécie de desalinhamento presente nessa dimensão. Ao atribuir valor às políticas educativas da educação básica relacionadas à formação docente, valorizamos essa proposta, porém ao incorporarmos esse contexto nos programas formadores com vistas à docência vivemos um descompasso, pois valorizamos a educação no nível superior, desconsiderando o que contextualiza a educação básica.

Para atingir as metas sinalizadas no PNE (BRASIL, 2010) relacionadas à formação de professores localiza-se um contingente considerável de professores da educação básica sem a qualificação necessária, desvalorizados em virtude dos baixos salários e do baixo reconhecimento social, ao mesmo tempo em que, de modo contraditório, a estrutura atual

do capitalismo valoriza a ação desses docentes para preparar quadros de trabalhadores necessários a sua manutenção.

Um marco no que tange a recente implantação de ações em prol da qualificação em nível superior de docentes da educação básica é a criação do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Num plano geral, a UAB foi apresentada como uma oportunidade de desenvolvimento do modelo de educação à distância no país, bem como se configurou numa resposta à baixa oportunidade de acesso das camadas menos abastadas da população, à insuficiência de formação superior gratuita e à necessidade de formação e valorização dos profissionais da educação.

Dados constatarem que em 2013, havia mais de 2,1 milhões de professores atuando na educação básica no Brasil. Cerca de 430 mil profissionais que atuam no magistério da educação básica também são alunos da educação superior. Desses professores, observa-se que aproximadamente 48% estão matriculados no curso de Pedagogia e 10% no curso de Letras (INEP, 2014).

Segundo Gatti (2011), existem muitas lacunas a serem supridas no que se refere às políticas públicas de formação de professores no Brasil, grande parte dessas relacionam-se às instituições formadoras e aos currículos empreendidos pelas mesmas, situações tais que necessitam ser repensadas.

Silva Júnior (2010) vai afirmar que a formação clássica dos professores tem se mostrado pouco eficaz, que pautar-se apenas pela concepção tradicional de formação inicial de professores com prerrogativas unicamente teóricas, sem associação com as experiências vividas *in loco* não tem correspondido às necessidades do profissional que a contemporaneidade coloca.

Tedesco (2010) vai alertar para um ponto crucial a ser considerado quando tratamos das políticas de formação de professores em nosso país: a percepção e discussão de que o problema educativo é o fato de que nossas crianças não estão aprendendo como deveriam, e que, por conta disso, estamos produzindo enormes níveis de desigualdades nos resultados de aprendizagens de nossos alunos.

## CONCLUSÃO

A discussão das políticas de formação inicial dos professores nos reporta às licenciaturas, estas percebidas como os cursos responsáveis pela formação de professores da educação básica. Há uma conjunção de fatores que acabam convergindo para o fomento

dessa situação, tais como: aspectos das culturas nacional, regional e local; os planos de carreira e salário dos docentes; a formação e atuação dos gestores das escolas; as condições de trabalho nas escolas, entre tantos outros. Esses fatores abatem as realidades das escolas, e por fim, refletem nas condições de aprendizagem e desempenho dos estudantes. Daí, atentarmos e focarmos nossos esforços para o *locus* em que esses processos estão sendo desenvolvidos.

Nessa perspectiva, há uma discussão dessa problemática a respeito dos cursos de formação inicial de professores, com vistas à implantação de novas políticas de ação nos diversos níveis da esfera pública, porém estas têm se apresentado muito mais como formas de contornar situações emergentes e urgentes do que apresentadas como forma de solução desses problemas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 7 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. In: PALÁCIO do Planalto da Presidência da República. Apresenta conteúdo legislativo. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em: 07 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.219, de 24 de junho de 2010. In: PALÁCIO do Planalto da Presidência da República. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. Apresenta conteúdo legislativo. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm)>. Acesso em: 7 out. 2018.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. de S.; ANDRÉ, M. E. D. de A. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica: 2013 - resumo técnico** / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília: O Instituto, 2014.

SILVA JÚNIOR, C. A. **Fortalecimento das políticas de valorização docente:** proposição de novos formatos para cursos de licenciatura para o estado da Bahia; relatório. Brasília: CAPES, UNESCO, 2010. (Documento interno).

TEDESCO, J. C. Presentación. In: OLIVEIRA, D. A. et al. **Políticas educativas y territorios:** modelos de articulación entre niveles de gobierno. Buenos Aires: UNESCO-IIPE, 2010.